

**MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS
GOYTACAZES/RJ –
ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 2/2023**



ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO
CONSULPLAN**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Será que inteligência artificial irá emburrecer as pessoas?

Quando iniciei minha trajetória profissional como vendedor, no início dos anos 90, adquiri, por dever do ofício, uma incrível capacidade de memorizar a localização de ruas e caminhos. Meu Guia de Ruas *Mapograf* sempre estava a postos, mas raramente recorria ao diretório. Recordei dessa experiência recentemente quando fui abordado no trânsito por um jovem, desorientado, que me pediu ajuda para encontrar uma rua localizada a poucas quadras de onde estávamos, pois a bateria de seu celular tinha acabado e ele não conseguia acessar o *Waze*.

Nesse momento me dei conta que há uma geração inteira que aprendeu a se locomover na “Era do *Waze*”. Essa turma não tem em seu repertório o recurso de se dirigir ao posto de gasolina mais próximo para obter informações de trânsito, já que a tecnologia se transformou em um de seus melhores amigos. Confesso que minha capacidade de me locomover autonomamente pelas ruas de São Paulo também ficou comprometida, pois é muito mais fácil recorrer à tecnologia que está sempre à mão – literalmente.

As maravilhas das novas tecnologias nos deixam estupefatos e mudam nossa rotina. A bola da vez agora é a inteligência artificial generativa. É ou não está se transformando em meu melhor amigo, pois tem todas as respostas na ponta da língua (ou da tela?).

Recentemente, o *Google* informou que o *Bard*, sua aplicação de inteligência artificial, está testando uma funcionalidade em que interpreta um texto complexo, transforma seus principais pontos em tópicos e extrai as principais perguntas que o conteúdo endereça. É ou não é outra maravilha da modernidade? Não precisarei mais interpretar textos complexos nem refletir sobre as principais lições. Tudo virá “mastigadinho”. Que espetáculo, não é? Só que não. Não estamos nos dando conta que essa é uma das facetas da ambiguidade da contemporaneidade: ao mesmo tempo em que a tecnologia facilita o acesso ao conhecimento, ela pode atrofiar nossa capacidade cognitiva.

Contextualizando essa visão, cognição é o processo de construção do conhecimento, que todo ser humano utiliza, e nossa capacidade cognitiva é o veículo para que ela aconteça. De forma bastante simplificada, o cérebro recorre a essa capacidade para memorizar, raciocinar, ler e, sobretudo, aprender. Ou seja, o comprometimento da capacidade cognitiva resulta em um impacto determinante na habilidade de aprendizagem do indivíduo.

No livro “Liderança Disruptiva”, que escrevi a quatro mãos com José Salibi Neto, definimos, como fruto de nossos estudos, que uma das competências centrais que todo líder deve desenvolver é a sua capacidade de conexão. Para tangibilizar essa tese criamos a alcunha do “Líder Conector”, cujo representante mais emblemático é *Steve Jobs*.

O fundador da *Apple* se autodenominava como o CIO de sua empresa: o *Chief Integration Officer*, algo como o chefe da integração da companhia. Um dos seus discursos mais célebres foi realizado para formandos da Universidade de *Stanford* e tem como título a expressão “*Connecting the Dots*” (algo como “Ligando os Pontos”).

A dinâmica que justifica essa competência está relacionada a um ambiente cada vez mais multifacetado, complexo e interdependente. Nesse contexto, a capacidade de adotar uma visão sistêmica, que permite conectar os principais agentes, recursos e competências de um ecossistema, é um dos imperativos para que o indivíduo obtenha sucesso. E essa competência está intimamente relacionada à capacidade cognitiva do indivíduo.

Então, observe a alarmante ameaça com a qual nos defrontamos. O ambiente requer cada vez mais pessoas que tenham a capacidade de lidar com demandas complexas e de gerar respostas originais e criativas. Por outro lado, corremos o risco de termos seres autômatos, que perderam sua capacidade de desenvolvimento cognitivo por não precisarem mais raciocinar em profundidade rotineiramente.

Ao longo das últimas décadas, inúmeras promessas das tecnologias, como o maior empoderamento do ser humano, o aumento da inteligência coletiva e a democratização da informação, dentre outras, foram caindo por terra, uma a uma, devido à profunda inabilidade de utilizarmos os novos recursos em prol do incremento do potencial de cada indivíduo. Será que estamos diante de mais uma falácia e a inteligência artificial resultará em um maior emburrecimento do ser humano? Só o tempo e o próprio ser humano responderão a essa indagação.

(*Sandro Magaldi. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/>. Acesso em: 09/11/2023.*)

Questão 01

Sobre a regência do verbo responder em: “Só o tempo e o próprio ser humano responderão a essa indagação.” (10º§), assinale a alternativa correta.

- A) Intransitivo.
- B) Transitivo direto.
- C) Transitivo indireto.
- D) Transitivo direto e indireto.

Questão 02

Quanto ao gênero textual lido e sua principal característica, assinale a afirmativa correta.

- A) A descrição é uma característica predominante no texto e, através dela, o autor expõe sua opinião sobre o tema.
- B) O texto se trata de uma crônica e sua principal temática é narrar assunto do cotidiano através de uma linguagem coloquial.
- C) O texto é predominantemente informativo por trazer informações sobre o mundo tecnológico, portanto, se trata de uma reportagem.
- D) Se trata de um artigo de opinião, texto predominantemente argumentativo, pois tem como objetivo convencer o leitor sobre o ponto de vista do articulista.

Questão 03

Analise o uso das vírgulas no seguinte trecho: “[...] o Google informou que o Bard, sua aplicação de Inteligência artificial, está testando uma funcionalidade em que interpreta um texto complexo, transforma seus principais pontos em tópicos e extrai as principais perguntas que o conteúdo endereça.” (4º§) As vírgulas foram devidamente empregadas, pois

- A) isolam um aposto explicativo.
- B) isolam um trecho fora da ordem direta.
- C) o trecho é um adjunto adverbial deslocado.
- D) separam um trecho com função predicativa.

Questão 04

Conforme o contexto de uso, o significado das palavras pode ser alterado. A partir dessa consideração, analise a palavra “estupefatos” em “As maravilhas das novas tecnologias nos deixam estupefatos e mudam nossa rotina.” (3º§) A palavra que substitui “estupefatos”, sem alteração de sentido, é:

- A) Iludidos.
- B) Admirados.
- C) Ignorantes.
- D) Escravizados.

Questão 05

Em “*Recordei dessa experiência recentemente quando fui abordado no trânsito por um jovem, desnorreado, que me pediu ajuda para encontrar uma rua localizada a poucas quadras de onde estávamos [...]*” (1º§), o emprego de “onde” está de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Assinale a alternativa cujo emprego do termo “onde” está correto.

- A) Recebi a informação onde será realizada a prova.
- B) Onde as pessoas pretendem chegar com tanta pressa?
- C) As pessoas sabem onde o orador pretende chegar com esse discurso.
- D) O conhecimento daquele funcionário chegou a um nível onde nenhum outro chegou.

Questão 06

“*Meu Guia de Ruas Mapograf sempre estava a postos, mas raramente recorria ao diretório.*” (1º§) Sobre esse trecho, é correto afirmar que:

- A) O trecho é formado por duas orações e existe relação sintática entre elas.
- B) As orações estabelecem entre si uma relação independente e estão ligadas por uma conjunção.
- C) É formado por duas orações independentes, portanto, não há palavra que ligue uma oração à outra.
- D) “[...] *mas raramente recorria ao diretório*” é uma oração que depende da oração anterior para ter sentido completo.

Questão 07

A coesão textual é um recurso que assegura a ligação entre palavras e frases que, por sua vez, interligam as diferentes partes do texto. Assim, a relação lógico-semântica do texto é mantida, fazendo com que a mensagem seja transmitida com clareza ao leitor. A partir dessa consideração, analise os termos destacados no seguinte trecho: “*Não estamos nos dando conta que essa é uma das facetas da ambiguidade da contemporaneidade: ao mesmo tempo em que a tecnologia facilita o acesso ao conhecimento, ela pode atrofiar nossa capacidade cognitiva.*” (4º§) Os termos destacados estabelecem a coesão do tipo

- A) lexical.
- B) por elipse.
- C) sequencial.
- D) referencial.

Questão 08

Analise o uso do acento grave nas duas situações: “*pois é muito mais fácil recorrer à tecnologia que está sempre à mão*” (2º§)

A partir do contexto exposto, assinale a afirmativa correta sobre o uso do acento grave nas duas situações.

- A) As duas situações são exemplos de caso facultativo quanto ao uso do acento grave.
- B) O fenômeno da crase ocorre nas duas situações, portanto, o uso do acento grave está corretamente empregado.
- C) Na primeira situação, ocorre o fenômeno da crase devido à regência do verbo recorrer que é transitivo direto. Na segunda situação, o uso do acento grave está incorreto.
- D) Em “recorrer à tecnologia” o acento grave foi empregado devido ao fenômeno da crase. A expressão “à mão”, se trata de uma locução adverbial feminina e o uso do acento grave é recomendado por motivo de clareza no entendimento do trecho.

Questão 09

Sobre o trecho “*No livro ‘Liderança Disruptiva’, que escrevi a quatro mãos com José Salibi Neto, definimos, como fruto de nossos estudos, que uma das competências centrais que todo líder deve desenvolver é a sua capacidade de conexão.*” (6º§), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A expressão “*a quatro mãos*” se trata de uma locução adverbial.
- B) “*Deve desenvolver*” é uma locução verbal cujo verbo auxiliar é “dever”.
- C) O fragmento “*No livro ‘Liderança Disruptiva’*” é classificado sintaticamente como adjunto adverbial.
- D) No fragmento “*que escrevi a quatro mãos com José Salibi Neto, definimos, como fruto de nossos estudos*”, o sujeito é indeterminado.

Questão 10

Em “*De forma bastante simplificada, o cérebro recorre a essa capacidade para memorizar, raciocinar, ler e, sobretudo, aprender. Ou seja, o comprometimento da capacidade cognitiva resulta em um impacto determinante na habilidade de aprendizagem do indivíduo.*” (5º§), a expressão explicativa “*ou seja*” pode ser substituída, conforme o contexto de uso, por:

- A) Isto é.
- B) Então.
- C) Assim.
- D) Porque.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Uma fábrica utiliza uma máquina para fazer cortes em placas de MDF e montar objetos personalizados deste material. A máquina que faz o corte trabalha com equações matemáticas e utiliza como referência a posição da peça em um plano cartesiano. Para montar uma peça de MDF, foi utilizada uma placa quadrada de 10 cm de lado, inserida na máquina com um dos vértices na origem do plano cartesiano. A programação realizada na máquina foi de um corte seguindo as seguintes

equações das retas determinadas pelo usuário: $s(x) = \frac{1}{2}x + 8$ e $t(x) = -x + 14$, com todas as unidades configuradas para centí-

metros. Sem movimentar a peça, a máquina fez os dois cortes seguindo as equações das retas s e t e, ao final deste processo, os dois pedaços menores foram descartados. Assim, a área da peça de MDF obtida ao final pertence a qual dos intervalos a seguir?

- A) 10 a 25 cm².
- B) 26 a 40 cm².
- C) 41 a 75 cm².
- D) 76 a 99 cm².

Questão 12

Observe a sequência lógica a seguir:

12, 42, 48, 69, X

Das alternativas a seguir, aquela que pode substituir a variável X mantendo-se a sequência lógica é:

- A) 163.
- B) 298.
- C) 391.
- D) 831.

Questão 13

Rafael montou três kits para seus sobrinhos contendo água, biscoito e caneta para que fizessem a prova do concurso da prefeitura. Os 3 kits foram montados utilizando itens comprados no mesmo dia e sem variação de preço, conforme tabela a seguir:

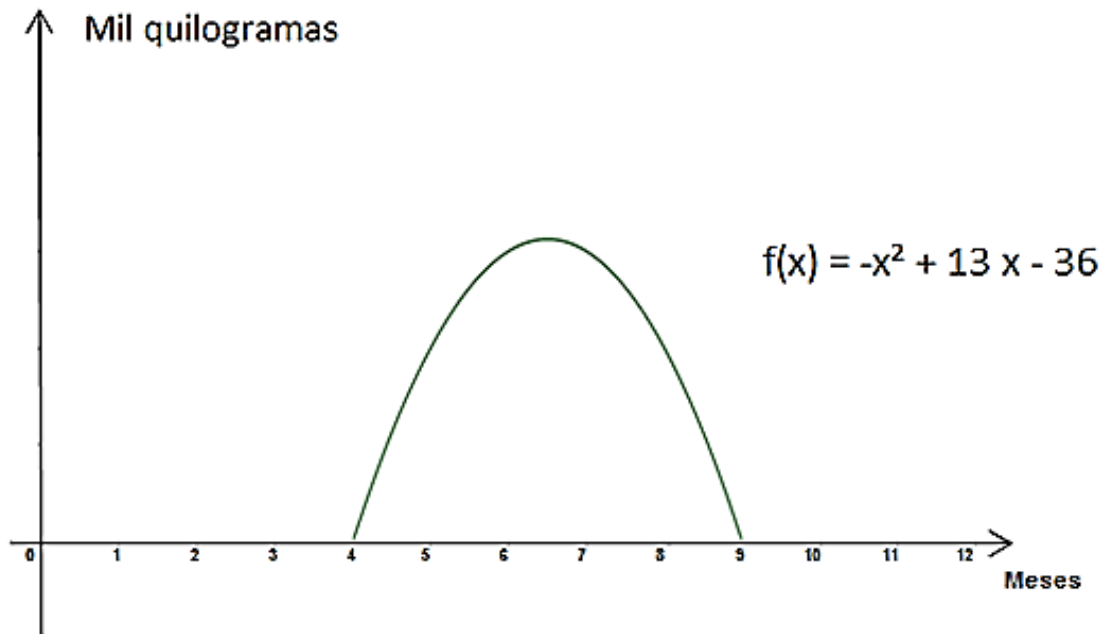
	ÁGUA	BISCOITO	CANETA	VALOR
KIT 1	1 unidade	2 unidades	1 unidade	R\$ 4,30
KIT 2	3 unidades	3 unidades	2 unidades	R\$ 9,60
KIT 3	2 unidades	1 unidade	1 unidade	R\$ 5,30

Neste caso, é correto afirmar que uma unidade de água custa um valor

- A) menor do que R\$ 0,50.
- B) entre R\$ 0,50 a R\$ 0,99.
- C) entre R\$ 1,00 e R\$ 2,10.
- D) maior que R\$ 2,10.

Questão 14

A tangerina, cultivada há milênios na China, chegou à Europa em 1800 e veio para o Brasil com os colonos portugueses no final do século XIX. Assim como a maioria das frutas, a tangerina possui um ápice de colheita em algumas épocas do ano. O gráfico a seguir mostra a evolução da colheita de uma determinada fazenda ao longo dos meses do ano, em que o eixo das abscissas corresponde aos meses e o eixo das ordenadas apresenta a colheita em toneladas:



De acordo com as informações apresentadas, qual é o valor máximo da colheita de tangerina desta fazenda ao longo do ano?

- A) 6 toneladas.
- B) 6,25 toneladas.
- C) 6,5 toneladas.
- D) 6,75 toneladas.

Questão 15

O ano bissexto tem 366 dias, um dia a mais do que os anos comuns de 365 dias. O dia extra serve para compensar o movimento de translação do planeta que não corresponde a 365 dias exatos e, por conta desse pequeno atraso, alguns anos recebem este dia extra. A modificação ocorre nos anos que são múltiplos de 4 (exceto nos múltiplos de 100 que não são múltiplos de 400). Seja o conjunto dos anos múltiplos de 4 representado por B; o conjunto dos anos múltiplos de 100 representado por C; e, o conjunto dos anos múltiplos de 400 representado por Q. Dessa forma, o conjunto dos anos que são bissextos pode ser representado por:

- A) $B \cup C \cap Q$
- B) $(B + Q) \cap C$
- C) $(B - C) \cup Q$
- D) $(C - Q) \cup B$

Questão 16

Certo fazendeiro tinha 3 filhos e, ao falecer, deixou um testamento onde dividia a herança, composta apenas por alguns animais, entre eles da seguinte forma:

- Os animais serão divididos igualmente entre os três e, após a divisão, cada filho deverá dar 1 animal para cada um de seus irmãos mais velhos, caso existam.

Como os três filhos têm idades diferentes, o irmão mais novo teve que abrir mão de um animal para cada irmão, enquanto o mais velho recebeu um animal de cada um deles. Após a divisão proposta pelo pai, o irmão mais velho ficou com um total de 37,5% dos animais deixados. Logo, pode-se concluir que o irmão mais novo recebeu, ao final da divisão, um total de:

- A) 12 animais.
- B) 14 animais.
- C) 16 animais.
- D) 18 animais.

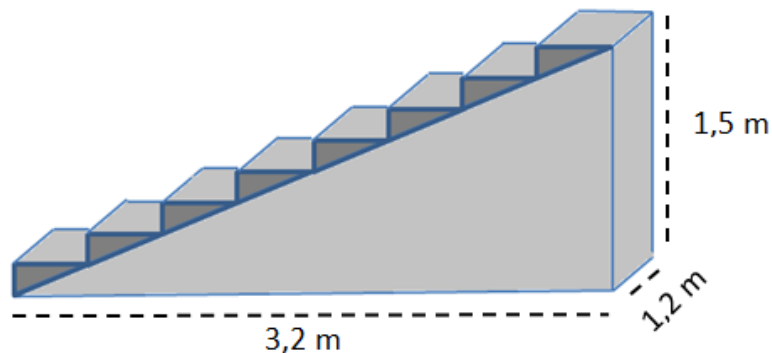
Questão 17

Gustavo precisa juntar dinheiro para trocar seu celular e viu na *internet* um desafio que consistia em uma estratégia para juntar uma boa quantia ao longo das 52 semanas do ano. A princípio, o objetivo era guardar em um cofre R\$ 3,00 na primeira semana do ano e, na semana seguinte, guardar R\$ 2,50 a mais que na semana anterior, repetindo o processo até o fim do ano. Assim, Gustavo fez uma tabela com todos os valores que deveriam ser guardados no cofre e, antes de depositar o dinheiro referente a 26ª semana de desafio, precisou usar todo o dinheiro que havia juntado até então. Sabe-se que, mesmo pegando todo o dinheiro até então guardado naquele momento, Gustavo continuou o desafio e permaneceu com a estratégia, guardando a quantia prevista na tabela até o final do ano. Desse modo, ao finalizar o ano, qual será a quantia que Gustavo terá em seu cofre?

- A) R\$ 1.491,00.
- B) R\$ 1.560,00.
- C) R\$ 2.646,00.
- D) R\$ 3.471,00.

Questão 18

Donos de casas de dois andares precisam saber lidar com o espaço ocupado pela escada de acesso ao segundo piso e uma das formas de aproveitamento deste espaço é utilizando o ambiente para fazer um armário. Na imagem a seguir têm-se as medidas de um armário que será construído debaixo de uma escada:



Qual será o volume total que estará disponível no interior deste armário?

- A) 2,40 m³.
- B) 2,88 m³.
- C) 3,18 m³.
- D) 4,80 m³.

Questão 19

Para vencer um jogo de tabuleiro o jogador precisa, em até duas tentativas, conseguir tirar um número 6 em um dado de seis lados não viciado. Sendo assim, a probabilidade de o jogador conseguir se consagrar o vencedor do jogo após as duas tentativas está compreendida entre:

- A) 0,1% e 10,0%.
- B) 10,1% e 25,0%.
- C) 25,1% e 30,0%.
- D) 30,0% e 50,0%.

Questão 20

Após uma pesquisa realizada por determinada empresa de *telemarketing* verificou-se que 60% dos seus clientes preferem ser atendidos por mulheres e que 60% de seus funcionários, que lidavam diretamente com esses clientes, eram homens. Então, a empresa realizou a contratação de 30 mulheres para incrementar o número de funcionárias nesta função, elevando, assim, o percentual de mulheres para 60% do total de funcionários. Sabendo-se que não houve alteração no número de funcionários homens, é correto afirmar que o número de homens que atuam neste setor da empresa é:

- A) 36.
- B) 48.
- C) 60.
- D) 72.

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 21

No ano de 2030, por determinação da autoridade máxima municipal, Ana, Maria e Joana foram designadas para compor grupo de trabalho destinado a propor medidas de aprimoramento da gestão pública municipal em suas diversas áreas. Do resultado do esforço do grupo, foram extraídas as seguintes propostas:

- I. Ana sugeriu a criação de novo distrito do município. Nesse caso, será necessária a realização de consulta prévia, mediante plebiscito, à população interessada, seguida da divulgação de Estudos de Viabilidade e edição de Lei Complementar Estadual.
- II. Maria propôs a criação, mediante lei, de Conselho de Contas Municipal, a fim de aprimorar a fiscalização das finanças, sendo que tal órgão teria competência exclusiva sobre as contas que o Prefeito deve prestar.
- III. Joana opinou que o Município aplique, anualmente, trinta por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Supondo-se que a sistemática constitucional à época do caso hipotético apresentado é a mesma que atualmente está em vigor, podem ser consideradas válidas as propostas de:

- A) Joana, apenas.
- B) Ana, Maria e Joana.
- C) Ana e Maria, apenas.
- D) Maria e Joana, apenas.

Questão 22

Sobre o tema do direito de nacionalidade e sua repercussão no ordenamento jurídico constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) Cláudia, que por naturalização voluntária adquiriu a nacionalidade americana, nos termos atuais da Constituição incide em causa de perda da nacionalidade brasileira.
- B) Hans e Greta, alemães, passaram dois anos viajando pelo litoral brasileiro em viagem particular de turismo. Nesse período, em um hospital do Rio de Janeiro, nasceu a filha do casal, Frida. Considerando as informações mencionadas, Frida não pode ser considerada brasileira nata.
- C) Hassam, egípcio, não poderá prestar concurso para o cargo de professor do Instituto Federal Fluminense, ainda que o respectivo edital não proíba a participação de estrangeiros, tendo em vista que para a assunção de qualquer cargo público é necessária a nacionalidade brasileira.
- D) Ramirez, mexicano nascido e radicado em Guadalajara-México há quarenta anos, vem residir no Brasil e deseja seguir carreira política. Caso Ramirez venha a cumprir os requisitos legais e adquira a nacionalidade brasileira, é correto afirmar que poderá vir a, futuramente, se tornar Prefeito de Campos dos Goytacazes-RJ.

Questão 23

Em certo dia, no Diário Oficial do município X, verificam-se os seguintes atos: 1) Pedro foi nomeado para cargo de provimento efetivo na estrutura da Prefeitura Municipal; 2) Júlia foi nomeada para cargo de provimento em comissão em fundação mantida pelo Poder Público; 3) Guilherme foi nomeado para cargo de provimento em comissão em autarquia. No que concerne à competência do Tribunal de Contas com jurisdição sobre os atos do município X, por simetria à previsão constitucional, é correto afirmar que a ele caberá apreciar a legalidade dos atos

- A) 1, 2 e 3.
- B) 1, apenas.
- C) 1 e 2, apenas.
- D) 2 e 3, apenas.

Questão 24

Após regular trâmite perante as Casas do Congresso Nacional, determinado projeto de lei chega ao gabinete do Presidente da República para sanção ou veto. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) A sanção do projeto supre eventual falta de iniciativa do Poder Executivo na elaboração do projeto de lei.
- B) Poderá ser utilizado para o veto argumento de natureza política, consistente na contrariedade ao interesse público.
- C) Poderá o Presidente apor veto sobre determinada expressão que, no seu entender, isoladamente implique em inconstitucionalidade flagrante do projeto.
- D) Terá o Presidente o prazo de quinze dias para sua manifestação; dentro desse período, poderá exercer o veto tácito, deixando simplesmente transcorrer o referido prazo.

Questão 25

Tendo em vista a Ordem Social prevista na Constituição Federal de 1988, assim como sua abordagem na jurisprudência dos Tribunais Superiores, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- () A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
- () Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, em regra são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde.
- () O Ministério Público não é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) V, V, F, V.
- D) V, V, V, F.

Questão 26

As empresas governamentais são entidades que integram a estrutura da Administração Pública Indireta, sobre as quais o Estado detém o controle acionário, e se submetem às disposições constitucionais e legais do ordenamento jurídico brasileiro. Sobre elas, é correto afirmar:

- A) Abrangem as empresas públicas, as fundações públicas de direito privado, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- B) Estão obrigadas à realização de concurso público para a admissão de seu pessoal, aplicando-se aos seus trabalhadores o regime constitucional no tocante à aposentadoria e estabilidade.
- C) A Constituição Federal de 1988 permite a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, por meio da instituição de uma empresa governamental, tão somente para fins de subsidiar a iniciativa privada.
- D) A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a edição de um estatuto jurídico das empresas governamentais, que deverá disciplinar, dentre outros pontos, a respeito da licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações por parte dessas entidades públicas.

Questão 27

Considerando os princípios que norteiam as licitações públicas, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O princípio da igualdade assegura aos licitantes direitos iguais, proibindo, em todos os casos, a imposição de condições que impliquem preferência ou favorecimento a grupo específico de licitantes.
- () Observando o princípio da eficiência, a Administração Pública poderá, de forma excepcional, em vez de realizar o processo licitatório na forma eletrônica, realizá-lo na forma presencial.
- () Pelo princípio da legalidade, as licitações realizadas pela Administração Pública deverão obedecer especificamente ao disposto na Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021). A aplicação de outras normativas infraconstitucionais será admitida, desde que de forma subsidiária.
- () Viola o princípio da publicidade a ausência de divulgação de todos os elementos do edital em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) F, F, V, F.

Questão 28

Para a produção de um estudo científico que tem por finalidade analisar e comparar a evolução dos casos de doenças laborais de servidores públicos no âmbito de determinado órgão municipal, certo pesquisador solicitou o acesso à qualificação pessoal e aos exames periciais e relatórios médicos de servidores públicos que tiveram afastamento das suas funções para tratamento de saúde, no período compreendido entre 2020 e 2022. O Município, contudo, negou ao pesquisador o acesso às informações solicitadas. Considerando o fato narrado e com base na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a negativa do órgão público está

- A) incorreta, pois a informação solicitada é necessária à realização de pesquisa de relevante interesse público ou geral.
- B) correta, pois trata-se de informação pessoal relacionada à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem da pessoa.
- C) correta, pois só terá acesso às informações de caráter pessoal constantes de órgãos públicos a pessoa a que elas se referirem.
- D) incorreta, pois a informação solicitada não se enquadra dentre aquelas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado.

Questão 29

A Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) retira seu fundamento do Art. 37, § 4º, da Constituição Federal, que prevê a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário como forma de sanção para os atos de improbidade administrativa, na forma e gradação previstas em Lei. Recentemente, com a edição da Lei nº 14.230/2021, a Lei de Improbidade passou por significativas modificações. Assinale a afirmativa que encontra correspondência com as alterações legislativas promovidas na Lei nº 8.429/1992.

- A) Para fins de enquadramento nas condutas previstas na Lei de Improbidade, o legislador considerou expressamente a figura do agente político como agente público.
- B) O agente público que, por ação ou omissão, concede ou aplica de forma indevida benefício financeiro ou tributário, incorre em tipo específico de improbidade administrativa.
- C) O agente público que dolosamente deixa de praticar ato de ofício incorre na prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- D) As condutas que configuram ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública estão dispostas em lei de maneira exemplificativa, o que permite que outras condutas, que se assemelham àquelas expressas na lei, também possam configurar ato de improbidade.

Questão 30

Leia a notícia que aborda uma discussão sobre doença definida como rara pelo Ministério da Saúde:

Participantes de audiência pública na Câmara dos Deputados disseram que o alto custo dos medicamentos, que, em geral, não estão disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), além das dificuldades de diagnóstico, são as principais barreiras para a qualidade de vida das pessoas que têm Angioedema Hereditário (AEH), uma doença rara e desconhecida pela população.

(Agência Câmara de Notícias. Acesso em: 10/01/2024.)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação para aquisição de medicamento para o tratamento de Angioedema Hereditário

- A) poderá ocorrer de forma direta, sendo dispensável procedimento licitatório prévio.
- B) deverá ser precedida de licitação na modalidade concorrência, especificamente pelo tipo menor preço.
- C) deverá ser precedida de licitação, se o valor total do contrato de aquisição do medicamento ultrapassar cem mil reais.
- D) poderá ocorrer de forma direta, desde que fique demonstrado que há um único fabricante do medicamento e, portanto, há inviabilidade de competição.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 31

Considerando que o cumprimento de prazos processuais é de extrema importância em qualquer sistema legal, e isso se aplica a processos judiciais, administrativos e a diversas áreas do direito, o prazo a ser cumprido pelo servidor será de dois dias para

- A) a solicitação de diligências.
- B) o lançamento de informações sumárias.
- C) contestação da reclamação contra o lançamento e réplica.
- D) o preparo de expedientes necessários ao andamento do feito.

Questão 32

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12527/2011) é uma legislação fundamental que garante o direito dos cidadãos de acessar informações detidas pelo governo e órgãos públicos. A lei promove a transparência governamental, permitindo que os cidadãos conheçam as ações do governo e como os recursos públicos são utilizados. Isso ajuda a prevenir a corrupção e promove a responsabilidade, bem como capacita os cidadãos a fiscalizarem as atividades do governo, assegurando que os órgãos públicos operem de maneira eficaz e em conformidade com a lei. Em relação à referida normativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Para o acesso às informações de interesse público, a identificação do requerente pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- II. Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade deverá dispor de meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.
- III. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico, ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.
- IV. O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 33

Sabe-se que o processo administrativo para apurar irregularidades do servidor é uma parte essencial da gestão de recursos humanos no setor público. Esse processo é projetado para investigar alegações de má conduta ou irregularidades cometidas por um servidor público, assinale a afirmativa correta.

- A) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá sessenta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- B) É facultado ao funcionário o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.
- C) Sempre que o ilícito praticado pelo funcionário ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de quinze dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- D) Como medida cautelar e, a fim de que o funcionário não venha influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até noventa dias, sem prejuízo de sua remuneração.

Questão 34

A sessão legislativa ordinária na Câmara dos Vereadores é de importância fundamental para a democracia local e o funcionamento do governo municipal. Durante as sessões ordinárias, os vereadores debatem e votam sobre questões importantes que afetam a comunidade local. Isso inclui a aprovação de leis, regulamentos e orçamentos que moldarão a vida cotidiana dos cidadãos. Essas decisões são tomadas de forma democrática, refletindo os interesses e as necessidades da população. As sessões legislativas são, normalmente, públicas, promovendo a transparência na governança local. Isso ajuda a evitar a tomada de decisões obscuras ou injustas e a manter os cidadãos informados sobre o que está acontecendo em sua cidade. Em relação às sessões legislativas de acordo com a Lei Orgânica do Município de Campos dos Goytacazes, analise as afirmativas a seguir.

- I. A sessão legislativa ordinária será interrompida ou encerrada sem que seja concluída a votação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e de projeto de lei do orçamento.
- II. As sessões ordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela, na forma regimental.
- III. As sessões da Câmara, excetuadas as de caráter solene, só poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, cinquenta por cento dos seus membros.
- IV. Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos e das votações.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 35

No contexto de concursos públicos, os termos “posse” e “exercício” referem-se a duas etapas distintas que um candidato aprovado deve seguir para ingressar efetivamente no cargo público. Em relação à posse e exercício, analise as afirmativas a seguir.

- I. A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais trinta dias, a requerimento do interessado.
- II. No ato da posse, o funcionário apresentará, obrigatoriamente, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo ou função pública.
- III. O funcionário nomeado para cargo cujo provimento dependa de fiança, poderá entrar em exercício sem prévia satisfação dessa exigência.
- IV. Ao entrar em exercício o funcionário poderá apresentar, ao órgão competente, os elementos necessários ao assentamento individual.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 36

Tendo em vista que a fiscalização contábil, financeira e orçamentária de um município é um componente fundamental da gestão responsável dos recursos públicos sendo realizada principalmente pelo Poder Legislativo local, assinale a afirmativa correta.

- A) O Prefeito remeterá ao Tribunal de Contas, no prazo fixado em lei estadual, as suas contas e as da Câmara, apresentadas pela Mesa, as quais lhe serão entregues até 30 trinta dias antes da remessa àquele Tribunal.
- B) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer regularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, ao Prefeito e à Câmara Municipal, sob pena de responsabilidade solidária.
- C) Ficam assegurados o exame e as apreciações das contas do Município, na Câmara Municipal, durante sessenta dias, anualmente, por qualquer contribuinte, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei; após a votação elas ficarão disponíveis nos endereços eletrônicos da Prefeitura e da Câmara Municipal, pelo prazo mínimo de três anos.
- D) O balancete relativo à receita e à despesa do mês anterior será encaminhado à Câmara e publicado mensalmente até o dia trinta, mediante edital afixado nos edifícios da Prefeitura e da Câmara, bem como nos seus respectivos endereços eletrônicos, conforme o caso; de igual forma, será dada publicidade pelo órgão oficial do Município, ou por órgão da imprensa local.

Questão 37

A competência tributária municipal é a capacidade dos municípios, como entes federativos no Brasil, de instituir e cobrar tributos em sua jurisdição. Isso significa que os municípios têm o poder de criar impostos, taxas e contribuições, desde que respeitem as disposições da Constituição Federal de 1988. De acordo com a Lei Complementar nº 01/2017 – Código Tributário Municipal, em relação à competência tributária, assinale a alternativa correta.

- A) É permitido ao Município estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- B) Para quaisquer outros serviços, cuja natureza comporte a cobrança de taxas ou contribuições, serão estabelecidos pelo Executivo, preços públicos, não submetidos à disciplina jurídica dos tributos.
- C) A competência tributária é delegável, salvo a atribuição, mediante lei, das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida pelo Município de Campos dos Goytacazes a outra pessoa jurídica de direito público.
- D) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à Administração Tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, nos termos da lei e respeitados os direitos individuais, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Questão 38

Tendo em vista que a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, correspondente ao preço à vista que este alcançaria se colocado à venda no mercado imobiliário, de acordo com a Lei Complementar nº 01/2017 – Código Tributário Municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) No caso de coberturas de postos de serviços e assemelhados, será considerada como área construída a sua projeção horizontal sobre o terreno.
- B) Nos casos em que a área predominante corresponder à destinação principal da edificação, ou conjunto de edificações, poderá ser adotado critério diverso, a juízo da Administração.
- C) O imóvel com atividade agrícola parcialmente localizado na zona urbana será considerado, para fins de incidência o imposto como Rural se a área Rural for superior a quarenta por cento da área do imóvel.
- D) Constituirão, a critério da Administração, apenas uma unidade autônoma, as edificações que, embora no mesmo terreno ou ligadas a outras, se prestem ao exercício de única atividade, porém englobadas por uma só firma, sociedade comercial ou industrial.

Questão 39

A exibição de livros e documentos à fiscalização nos termos do código tributário é um procedimento importante em questões fiscais e tributárias. Geralmente, isso se refere ao direito do fisco, ou seja, dos órgãos encarregados de fiscalizar e cobrar tributos, de inspecionar os registros contábeis, documentos fiscais e demais informações financeiras de uma empresa ou contribuinte para verificar a conformidade com as leis tributárias. Em relação à exibição de livros e documentos à fiscalização nos termos da Lei Complementar nº 01/2017 – Código Tributário Municipal, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () As pessoas sujeitas a procedimento fiscal podem permitir o acesso a seus estabelecimentos, depósitos e dependências, bem como a imóveis, veículos, cofres, computadores, bancos de dados, arquivos e móveis.
- () Para os efeitos da legislação tributária, têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou imitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos físicos ou digitais, computadores, documentos, papéis, ou quaisquer outras fontes de informações que contenham registros de natureza comercial ou fiscal dos sujeitos passivos ou da obrigação destes de exibí-los e de permitir o seu exame.
- () Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, os arquivos digitais e os comprovantes, os lançamentos neles efetuados poderão ser conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.
- () Os fiscais e/ou auditores do tesouro municipal e seus superiores hierárquicos, integrantes da estrutura organizacional da administração tributária do Município, somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam por eles considerados indispensáveis.

A sequência está correta em

- A) F, F, F, V.
- B) F, F, V, F.
- C) V, F, F, V.
- D) V, V, F, F.

Questão 40

O processo administrativo tributário é um procedimento utilizado para resolver controvérsias entre contribuintes e a administração tributária, normalmente em relação a questões fiscais e tributárias. Esse processo visa garantir que os direitos e obrigações das partes sejam adequadamente avaliados e respeitados. Conforme a Lei nº 8.690/2015 – Código Tributário Municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) É permitido reunir, na mesma petição, matéria referente a tributos diversos, bem como impugnação ou recurso relativo a mais de um lançamento, autuação, decisão ou sujeito passivo.
- B) Os interessados poderão ter ciência do ato que determinar o início do procedimento administrativo-tributário, bem como de todos os demais de natureza decisória ou que lhes imponham a prática de qualquer ato.
- C) Nos procedimentos ou processos iniciados a requerimento do contribuinte, ocorrerá a prescrição se este, no prazo fixado na legislação, não exercer seu direito ou não cumprir exigência que lhe tenha sido formulada.
- D) Na impossibilidade de se proceder à intimação pessoal, por via postal, telegráfica ou fac-símile, esta será feita por edital, anexando-se cópia reprográfica da publicação e certificando-se, nos autos, a página e a data do Diário Oficial do Município.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 41

Os Tribunais de Contas são os mais importantes órgãos de controle externo, responsáveis pela fiscalização quanto à legalidade, legitimidade e economicidade da execução orçamentária e financeira, contábil, operacional e patrimonial dos órgãos públicos para contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em termos de maior efetividade, ética, agilidade e responsabilidade. (DUTRA, 2008.)

Em relação à natureza jurídica, os Tribunais de Contas são considerados:

- A) Pessoas jurídicas, com natureza administrativa, que realizam exames na estrutura organizacional da Administração Pública com a finalidade de sua melhor adequação.
- B) Órgãos com características de cortes político-administrativas, autônomas, mas sem independência financeira e administrativa e com vínculo de subordinação ao Poder Executivo.
- C) Órgãos, juridicamente *tertium genus*, na organização política brasileira, devido à natureza de suas decisões que não se caracterizam como atos administrativos ou decisões judiciais.
- D) Pessoas jurídicas com natureza técnica, que realizam o controle externo conforme determinado legalmente com a finalidade de resumir as informações para encaminhar ao Poder Judiciário.

Questão 42

De acordo com *Di Pietro* (2020), o controle da Administração Pública é definido como o “poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o objetivo de garantir a conformidade de sua atuação com os princípios que lhe são impostos pelo ordenamento jurídico”. Considerando o conceito apresentado, pode-se inferir que

- A) o controle direto realizado pela sociedade sobre a Administração Pública é proibido, pois não há situações estabelecidas em lei que o permitam.
- B) o Poder Legislativo não pode exercer o controle da Administração Pública sobre os órgãos, setores e entidades que façam parte de sua estrutura.
- C) o próprio gestor público fiscaliza seus atos, mantendo mesmo aqueles considerados ilegais por oportunidade de realizar um controle interno de autotutela.
- D) o Poder Judiciário, em certos aspectos, pode exercer controle sobre a Administração Pública quando provocado, limitando-se ao exame de legalidade e moralidade dos atos administrativos.

Questão 43

As competências constitucionais e privativas, funcionamento, estrutura e demais atuações do Tribunal de Contas da União estão previstas na Constituição Federal de 1988 (Arts. 70 a 75). Sobre as competências apresentadas, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Julgar as contas dos administradores e responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, bem como as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- () Realizar por iniciativa própria ou do Poder Legislativo ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo, excluindo-se as entidades da administração indireta.
- () Prestar as informações solicitadas pelo Poder Legislativo ou Comissões Técnicas, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- () Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado no caso de contrato, será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

A sequência correta está correta em

- A) F, V, F, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, V, F.
- D) V, F, V, V.

Questão 44

As funções básicas do Tribunal de Contas da União podem ser agrupadas da seguinte forma: fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva, normativa e de ouvidoria. Algumas das atuações assumem ainda o caráter pedagógico.

(BRASIL, 2019.)

Tendo em vista o exposto, a função sancionadora constitui-se em:

- A) Aplicar penalidades aos responsáveis pelos recursos públicos, em caso de ilegalidade na despesa ou irregularidade nas contas.
- B) Realizar levantamentos, auditorias, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos, relacionados com a atividade de controle externo.
- C) Julgar as contas dos responsáveis pelos recursos públicos, da administração direta e indireta e daqueles que derem causa a prejuízo ao erário.
- D) Apurar representações e denúncias relativas a irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos públicos feitas pelo controle interno, cidadão, partido político, associação ou sindicato.

Questão 45

A Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu Art. 70, que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”. Considerando o disposto, o titular do controle externo da Administração Pública se refere a:

- A) Poder Judiciário.
- B) Poder Legislativo.
- C) Tribunais de Contas.
- D) Setor de Controle Interno.

Questão 46

O processo orçamentário é o ciclo por meio do qual se verificam as atividades de orçamento público, sendo contínuo, dinâmico e flexível, pelo qual se planeja/elabora, discute/aprova, executa e controla/avalia as receitas estimadas e despesas nos aspectos físicos e financeiros, em uma sequência específica de etapas que repetem em períodos prefixados.

(SANCHES, 2007.)

Tendo em vista as etapas do processo orçamentário, analise as afirmativas a seguir.

- I. A fase de planejamento/elaboração, prerrogativa do Poder Legislativo, consiste em realização de estudos preliminares relacionados à alocação de recursos, estimativa das receitas a partir de quando são definidas as despesas passíveis de execução conforme critérios de priorização.
- II. A fase de discussão/aprovação consiste na tramitação da proposta orçamentária encaminhada para debate no Poder Legislativo, onde serão revisadas as estimativas de receitas, os custos apresentados, reavaliadas as alternativas e inclusão de emendas, se for o caso.
- III. A fase de execução consiste no início na arrecadação das receitas e na realização das despesas, em que é definido o cronograma de desembolso e acompanhada pelos mecanismos de controle interno e das inspeções realizadas pelos órgãos de controle externo.
- IV. A fase de avaliação/controle consiste no acompanhamento anterior a execução do orçamento e no início de sua vigência é o meio pelo qual o Estado avalia a regularidade – legalidade e legitimidade – e qualidade – economicidade, eficiência, eficácia e efetividade – das receitas e das despesas.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.

Questão 47

O modelo orçamentário brasileiro criou as bases para integração do orçamento ao planejamento das ações governamentais e compreende a elaboração dos instrumentos que concretizam o sistema orçamentário, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, Art. 165, “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais”. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) constitui-se em um elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) em função do papel intermediário que exerce entre eles de que

- A) o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e demais condições, exigências e pressupostos para transferências de recursos a entidades públicas e privadas são itens contemplados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- B) o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais integram o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tratando o primeiro das metas anuais das receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública e o segundo da avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- C) regras sobre a elaboração de leis que criem ou alterem tributos, concessão de renúncia de despesas ou vinculação de receitas e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) são itens que deveriam ser contemplados pela Lei Orçamentária Anual (LOA).
- D) a Lei Orçamentária Anual (LOA) seja compatível com o planejamento do Plano Plurianual (PPA), estabelecendo metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente ao de sua formulação e orientando a elaboração do projeto de Lei Orçamentária a partir da priorização de ações estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), que terão precedência na alocação de recursos durante a execução orçamentária.

Questão 48

Receita Pública em sentido amplo corresponde a todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos; em sentido estrito, a Receita Pública é classificada em Receita Orçamentária e Ingresso Extraorçamentário.

(KOHAMA, 2016.)

Os ingressos extraorçamentários:

- A) São pertencentes aos Estado; são previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- B) Têm disponibilidade de recursos financeiros; aumentam o saldo financeiro do órgão ou da entidade.
- C) São fontes de recursos que viabilizam a execução das políticas públicas utilizadas em programas e ações.
- D) Possuem entradas compensatórias, o Estado é apenas depositário; não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Questão 49

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 165, § 5º, “A Lei Orçamentária Anual compreenderá: I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público e as empresas estatais dependentes; II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público”. Considerando o disposto, é possível afirmar que

- A) o orçamento fiscal não abrange recursos de financiamento destinados a desenvolver ou consolidar uma atividade pública específica.
- B) o orçamento de investimentos abrange os recursos à realização de investimentos pelas empresas em que o poder público direta ou indiretamente mantenha a maioria do capital votante.
- C) o orçamento da seguridade social compreende entidades e órgãos a ela vinculados para execução de ações referentes à segurança pública e manutenção de locais para convivência social.
- D) o orçamento de investimentos abrange os recursos destinados as empresas estatais dependentes, que os recebem do controlador para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.

Questão 50

O Princípio da Legalidade é explicitamente estabelecido no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 e sua aplicação ao orçamento público possui o mesmo fundamento: cabe ao poder público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar. Considerando que a Constituição Federal de 1988 dispõe no Art. 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais”, é possível inferir que ela determina a:

- A) Criação de plano plurianual.
- B) Orientação para o orçamento.
- C) Formalização das leis orçamentárias.
- D) Elaboração de mais de um orçamento.

Questão 51

“Estágio da despesa orçamentária, que tem por efeito comprovar a obrigação de pagamento da Administração Pública perante terceiros fornecedores de bens ou serviços quando estes adirem os requisitos contratuais. É neste estágio que geralmente ocorre o reconhecimento do passivo no Balanço Patrimonial da entidade do setor público.” As informações dizem respeito a:

- A) Fixação.
- B) Empenho.
- C) Liquidação.
- D) Descentralização de créditos.

Questão 52

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório da Gestão Fiscal (RGF) são instrumentos regulamentados pela Lei Complementar nº 101/2000, como forma de garantir a transparência na gestão e aplicação dos recursos públicos. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. No RREO estão abrangidas todas as entidades que integram o conceito de ente, na forma estabelecida pela LRF. Incluem-se nessa abrangência as Autarquias, bem como todas as sociedades de economia mista e empresas públicas.
- II. Quando se trata do último bimestre de cada exercício, o RREO deverá acrescentar a demonstração das projeções atuariais dos regimes de previdência social, da variação patrimonial e da conformidade do montante das operações de crédito com as despesas de capital (Regra de Ouro).
- III. Dentre os anexos que devem acompanhar o RGF, de periodicidade quadrimestral, estão o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).
- IV. A exigência do RGF, em consonância com outros dispositivos da LRF, insere na gestão pública brasileira o entendimento de que a responsabilidade na gestão fiscal não se restringe ao âmbito do Poder Executivo e diz respeito não ao ente propriamente, mas a cada um de seus dirigentes.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 53

A Lei Orçamentária Anual (LOA) tem por finalidade estimar as receitas e fixar as despesas para determinado exercício financeiro. Contudo, o termo “fixar” não deve ser entendido como sinônimo de algo imutável, uma vez que podem surgir intercorrências na execução do orçamento que demandem alterações na LOA, a serem efetivadas através dos Créditos Adicionais. Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. São denominados “complementares” os créditos adicionais que têm por finalidade reforçar dotação orçamentária já existente quando de sua abertura.
- II. Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- III. Os créditos extraordinários dispensam a indicação de fonte de custeio para sua abertura. No entanto, estão condicionados à prévia autorização legislativa, que pode constar do próprio texto da Lei Orçamentária Anual.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) III.
- C) I e II.
- D) II e III.

Questão 54

“ _____ é o estágio da receita orçamentária no qual ocorre o reconhecimento contábil de um direito patrimonial no ativo do ente público. Neste estágio, a repartição competente verifica a procedência do crédito (tributário ou não) e a pessoa que lhe é devedora, e promove sua inscrição.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) A previsão
- B) A arrecadação
- C) O lançamento
- D) O recolhimento

Questão 55

O Patrimônio Público é o objeto de estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, sendo constituído dos bens, direitos e obrigações das entidades do setor público. Sobre o tema, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, mas é um indicador de controle.
- () A variação patrimonial aumentativa é aquela que produz acréscimo na situação líquida do ente, podendo decorrer tanto do reconhecimento de um ativo quanto do desconhecimento de um passivo.
- () A classificação dos ativos e passivos entre Financeiro e Permanente é um critério qualitativo definido pela Lei nº 4.320/1964, e visa definir o prazo de conversibilidade dos direitos e obrigações com base em sua liquidez.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) V, V, F.

Questão 56

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional para servir como ferramenta de padronização de registros e de consolidação nacional das contas públicas. Considerando o exposto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No PCASP, não há dependência entre as naturezas de informação. Sendo assim, utiliza-se o método das partidas simples para o reconhecimento contábil dos fatos.
- () As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são representadas, respectivamente, nas classes 4 e 3, pertencentes à natureza de informação patrimonial.
- () Os registros de arrecadação de receita orçamentária são efetuados exclusivamente nas classes 5 e 6, pertencentes à natureza de informação orçamentária.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, F.

Questão 57

Sobre a dívida pública e o endividamento, assinale a afirmativa que representa a correta definição de dívida fundada.

- A) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- B) Somatória dos restos a pagar, do serviço da dívida a pagar, dos depósitos e dos débitos de tesouraria, vencíveis em até doze meses.
- C) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- D) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

As informações a seguir são referentes ao exercício financeiro de 2022 e foram extraídas do sistema de administração orçamentária e financeira do Município de Cristo Rei. Analise-as para responder às questões 58 e 59.

Despesa Fixada na Lei Orçamentária de 2022	730.000,00
Despesa Liquidada	585.000,00
Pagamento de Restos a Pagar inscritos em 2019	65.000,00
Receita Estimada na Lei Orçamentária de 2022	730.000,00
Despesa Empenhada	680.000,00
Liquidação de Restos a Pagar Não-Processados Inscritos em 2021	15.000,00
Despesa Paga	575.000,00
Empenhos Cancelados	25.000,00
Receita Arrecadada	665.000,00

Ainda, no exercício de 2022, o Município contratou operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, no valor de R\$ 35.000,00, integralmente quitada dentro do exercício, e recebeu depósitos em garantia de execução contratual, no valor de R\$ 20.000,00, a serem devolvidos em exercícios futuros.

Questão 58

Considerando os dados fornecidos, assinale a alternativa que evidencia o resultado a ser declarado no Balanço Orçamentário de 2022.

- A) Deficit de 10.000,00.
- B) Superavit de 10.000,00.
- C) Superavit de 20.000,00.
- D) Superavit de 35.000,00.

Questão 59

Tendo em vista os dados fornecidos, assinale a alternativa que evidencia o valor dos Ingressos Extraorçamentários a ser evidenciado no Balanço Financeiro de 2022.

- A) R\$ 80.000,00.
- B) R\$ 100.000,00.
- C) R\$ 105.000,00.
- D) R\$ 135.000,00.

Questão 60

Sobre as regras de transferência de recursos federais para os municípios através de emendas parlamentares ao Orçamento da União, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Metade dos recursos recebidos em decorrência de emendas individuais será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- B) Pelo menos setenta por cento dos recursos recebidos através das transferências especiais deverão ser aplicados em despesas de capital, vedada sua utilização para amortização da dívida pública.
- C) A transferência de recursos da União para os municípios, em decorrência de execução de emendas individuais impositivas, independe da adimplência do ente destinatário e não integrará a base de cálculo da Receita Corrente Líquida para fins de aplicação dos limites de despesa com pessoal.
- D) A transferência de recursos aos municípios em decorrência da execução de emenda individual impositiva na modalidade transferência especial independe da celebração de convênio ou termo congênere. Estes valores poderão ser aplicados de forma discricionária pelo gestor nos programas finalísticos do Município.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**



INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do Concurso Público. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos relacionados anteriormente.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio e nível superior, exceto para o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais, cuja prova consta de 80 (oitenta) questões de múltipla escolha.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. As provas terão duração de 4h (quatro horas) para todos os cargos, exceto para o cargo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais, cuja duração será de 5h (cinco horas).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas devidamente assinado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum dos candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.